

# A LÍNGUA PORTUGUESA E O POLÊMICO PROJETO DE LEI Nº 1.676, DE 1999

**John Robert Schmitz\***

*Resumo:* Este trabalho pretende apresentar uma análise crítica ao projeto de lei que visa à proibição do uso de estrangeirismos com a aplicação de multas.

*Palavras-chave:* desnacionalização lingüística; identidade; estrangeirismo.

**P**erante a Câmara, o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B) apresenta um projeto de lei n.1.676 que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”.<sup>1</sup> O referido projeto de lei merece uma análise cuidadosa por parte de todos os falantes e usuários de português, pois o destino da língua nacional é de interesse de todos os cidadãos brasileiros e dos estrangeiros que vivem, estudam ou trabalham no Brasil.

Nessa minha exposição, optei por tratar o assunto sob a forma de tópicos com o intuito de explicitar a legislação proposta de uma forma objetiva e sucinta.

**1** O projeto de lei considera “lesivo ao patrimônio cultural brasileiro” a introdução de palavras estrangeiras, a grafia e os “sons incompreensíveis ao povo”. O referido projeto prevê a aplicação de multas pelo emprego abusivo de palavras de origem estrangeira por parte dos meios de comunicação, em anúncios publicitários e letreiros de estabelecimentos comerciais. A legislação proposta visa dar início a uma campanha da defesa da língua portuguesa. O Artigo 4º do projeto reza que: “Todo e qualquer uso de palavras ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua

\* Professor do Departamento de Lingüística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – S.P.

<sup>1</sup> Projeto de lei n.1.676, de 1999, da autoria do Sr. deputado Aldo Rebelo.

regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei”.

**2** O projeto de lei visa à proibição do uso de palavras de origem estrangeira, em particular, palavras de origem inglesa. Uma tal lei é sintomática de um problema maior. O pano de fundo é o poderio econômico e político dos Estados Unidos, visto como uma ameaça à soberania do Brasil. O capitalismo internacional e a crescente globalização implicam, para alguns brasileiros, a perda da autonomia político-econômica. A questão do relacionamento com os EUA é repleta de ambigüidades, problemas e conflitos mal-resolvidos. Em certas instâncias, é questão de uma relação ambivalente, de amor e ódio – de admiração, por um lado, e de aversão, por outro. Para alguns observadores, a culpa dos problemas econômicos e subdesenvolvimento é a política externa norte-americana.

Outro problema que aflige alguns brasileiros é a existência de um número impressionante de empréstimos e vocábulos de origem inglesa em uso no dia-a-dia da vida brasileira, oriundos de uma gama de campos: economia, informática, ciência, esportes e muitos outros. Para alguns, a presença de estrangeirismos é uma invasão; para outros, um enriquecimento.

**3** Quanto a um suposto comprometimento da política econômica do país pela presença de vocábulos de origem estrangeira num determinado idioma, há várias nações do mundo que incorporam palavras estrangeiras em seus respectivos idiomas e sem abrir mão da soberania econômica e política. Alguns exemplos são o japonês, o chinês, o alemão e o francês. Existe um grande número de palavras de origem inglesa no japonês, mas ninguém afirmaria, por causa disso, que o Japão não é dono de sua política econômica e social. Na França, de tempos em tempos ocorrem campanhas para extirpar anglicismos do francês escrito e falado. Os franceses, especialmente os jovens, continuam a importar vocábulos e termos de origem inglesa, sem que esse fato afete a autonomia ou soberania da França como nação.

O idioma nacional é realmente uma bandeira. O uso (alguns diriam, abuso) de vocábulos de língua inglesa no português brasileiro é considerado, por alguns observadores, um exemplo de subserviência – uma postura subalterna, uma imposição do “outro” no “nosso”. Na realidade, ocorrem em português palavras de outras línguas estrangeiras em menor escala, em comparação com o inglês. Todavia, existe um número apreciável de palavras de origem francesa em uso corrente no português: *dossiê*, *turnê*, *brechó*, *premiê*, *dublê*, *réveillon*, *pivô*, *première*. Mas essas não incomodam porque a França não é vista como uma ameaça à soberania político-econômica do Brasil.

**4** Quanto à noção de “identidade” em relação à língua portuguesa, cabe observar que as identidades são construídas. Não existe uma identidade “pura”. O carnaval exemplifica a mistura de práticas culturais européias e africanas. Nenhuma língua é pura e o mito de raças puras é muito perigoso. A história da Inquisição e o Holocausto são exemplos do que foi feito em nome de “pureza”.

Existem, no mundo, várias sociedades “fechadas” que resistem a todo custo aos contatos com o exterior temendo que o ingresso de um grande número de palavras de origem estrangeira seja uma ameaça à identidade nacional. Alguns exemplos são certos países de fundamentalismo islâmico que tentam evitar qualquer contato com a civilização ocidental cada vez mais globalizada. Em certos casos, essas nações se protegem adotando uma postura xenófoba. Existem, também, comunidades indígenas na América do Sul que desconfiam dos brancos, mantendo-se isoladas. Existem etnias na África e na Austrália cujos idiomas não têm palavras ou termos voltados para a informática e não sabem conceituar atividades como *joint venture*, *debêntures* ou *holding*.

O caso do Brasil é diferente, pois o país está plenamente inserido na civilização ocidental. O português é uma das principais línguas indo-européias com maior número de falantes que muitas línguas de países europeus importantes, como Suécia, Holanda, Polônia, Itália e Alemanha, entre outros. Se os portugueses não tivessem “descoberto” o Brasil, a língua portuguesa não teria tido a divulgação que hoje em dia tem. A língua portuguesa, em relação ao número de falantes, é a sexta língua falada no mundo, usada em quatro continentes por mais de 200 milhões de pessoas. Em razão dessa realidade, é natural que o vocabulário do português contemporâneo reflita essa internacionalização. Com base nessas considerações, concluo que a presença de estrangeirismos não ameaça a língua portuguesa. Cabe, a esse respeito, citar as palavras de M. Rodrigues Lapa (1970, p.43), que muitos anos atrás acolheu as palavras de língua estrangeira com os seguintes comentários: “o estrangeirismo tem vantagens: aumenta o poder expressivo das línguas, esbate a diferença dos idiomas, tornando-os mais compreensivos e facilita, por isso mesmo, a comunicação das idéias gerais”.

**5** No artigo intitulado “Culta e bela” anexo ao projeto de lei, o deputado Rebelo se refere à presença de palavras estrangeiras e suas respectivas grafias como “garranchos amargos, que turvam a vista e enrolam a língua”. A presença de vocábulos e termos estrangeiros incomoda tanto os usuários de português nas suas atividades profissionais e afazeres pessoais quanto incomoda o deputado Rebelo?

É difícil entender o que o deputado pretende com as suas palavras. O problema é que os “garranchos amargos” estão devidamente registrados nos mais importantes dicionários da língua portuguesa. Bastam somente dois exemplos: *Lebensraum* e *laissez-faire*. Cabe observar que o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (Academia..., 1999) registra os mesmos vocábulos que o parlamentar rejeita: *gefíltéfisch*, *groom*, *steepchase*, *steward*, entre outros. Acredito que não é a intenção do projeto de lei “cassar” ou extirpar os referidos vocábulos das obras lexicográficas.

Cumpramos observar que o registro de vocábulos tais como *scheelita*, *scherzando* e *Scwabacher* não parece ter “turvado a vista” ou “enrolado a língua” dos organizadores do *Novo Aurélio Século XXI*.

**6** Todos os falantes de português recorrem a vocábulos de origem inglesa e de outras origens nas suas conversas e também quando precisam redigir algum texto, trabalho ou relatório. É praticamente impossível evitar o uso de

palavras estrangeiras. Ninguém escapa de usar na fala ou na escrita vocábulos estrangeiros. Cientistas, médicos, advogados, engenheiros, economistas, professores universitários (de diferentes disciplinas), mecânicos de automóveis, publicitários, esportistas, estudantes, jornalistas, artistas, locutores de rádio e de televisão e donas de casa os empregam no desempenho das suas atividades profissionais e no cumprimento de seus afazeres diários.

O processo que facilita o ingresso de palavras de origem estrangeira na língua portuguesa merece também comentários.

Qualquer pessoa que assiste ao noticiário ou às novelas na televisão, que pratica esporte, trabalha, lê revistas e jornais, em primeiro lugar, ouve diversas palavras estrangeiras diariamente. Se esse indivíduo repetir em outra conversa uma ou duas das palavras ouvidas, estas são devidamente lançadas. As palavras aparecem primeiramente nos jornais em aspas, como “tie break”, “recall”, “test drive”, “cash”, “recall”. Observa-se que, uma vez que as aspas são removidas das palavras por parte dos que escrevem, estas se arraigam ainda mais no bojo do idioma. No noticiário televisivo, o locutor na sua exposição (que parece oral, mas trata-se, na realidade, de um texto escrito que é lido) lança a palavra estrangeira, digamos, *hackers*, seguida imediatamente de uma “tradução: “- piratas que colocam vírus na Internet”.

Alguns jornais lamentam que as referidas palavras estrangeiras estejam deturpando o idioma. Alguns jornalistas, em defesa da “pureza” da língua portuguesa, gastam muita tinta reclamando da deterioração desta. Alguns comentaristas se expressam nestes termos: “A língua já foi nossa pátria” e “o capricho com nosso idioma está em alta”, “o abuso da língua portuguesa”, “estão deletando o português” e “bela e ultrajada”, este último do próprio deputado Aldo Rebelo.

Outros falantes interpretam a presença de estrangeirismos em termos bélicos: “invasão”, “infiltração” e “uma poderosa arma contra o colonialismo”.

Mas apesar das críticas dos jornais e dos próprios jornalistas, os mesmos meios de comunicação acolhem uma variedade de palavras de outras línguas. Eis alguns exemplos: “*Sets* de filmagem integram roteiros”, “*clubber* é espancado por gangue”, “*Spray* nasal trata a infertilidade”. Não existem, em português, palavras correspondentes para *set*, *clubber* ou *spray*. Seria possível cunhar uma palavra? Quem vai fazer essa tarefa? Qual é a garantia de que os outros falantes de português vão adotar a palavra cunhada? Se um determinado escritor estiver realmente empenhado em prescindir de vocábulos de origem estrangeira na elaboração de um texto, ele poderia recorrer à paráfrase. O problema com essa técnica é que alonga muito o texto e o resultado parece mais uma explicação ou circunlocução. Alguns publicitários brasileiros que criam anúncios e propaganda em português comentam que gostam de recorrer ao inglês em certos casos porque algumas palavras nesse idioma são curtas, ocupam pouco espaço e são fáceis de serem lembradas, como *top* e *spot*.

Certos jornalistas criticam alguns anglicismos em português e recomendam a substituição por uma palavra em português. Um bom exemplo é o vocábulo *ranking*. Recomenda-se a sua substituição pela palavra *classificação*. Mas apesar da sugestão, o referido termo estrangeiro continua a ser usado pela imprensa e pelos meios televisivos. Observa-se a manchete retirada de um jornal de circulação nacional: “Conquista faz de Gustavo Kuerten o primeiro

brasileiro a liderar o *ranking* mundial de tênis”. Poderia rescrever “liderar a classificação mundial de tênis”, mas a palavra *classificação* é muito geral, pois o termo *ranking* é um tipo específico de ordenamento ou listagem.

**7** Um dos argumentos do deputado é que as palavras de origem estrangeira em uso no Brasil teriam equivalentes ou correspondentes em português. Entretanto, no caso da maior parte dos vocábulos e termos estrangeiros usados por brasileiros na fala e na escrita, não existem equivalentes satisfatórios. Quais correspondentes teriam os seguintes termos: *paragliding*, *snowboarding* e *motocross*? Que vocábulo deve ser usado em lugar de *topless*? Alguns anos atrás, alguém sugeriu, como “equivalente” em português, “maminhas ao léu”, que não foi nada feliz. Quais palavras poderiam substituir, neste momento, *clubber*, *stripper*, *rapper*, *gay*, *pole position*, *grid* ou *tie break*?

A aprovação do projeto de lei não vai conseguir impedir o uso dos referidos termos. É um fato que somente um pequeno número de vocábulos estrangeiros tem um possível correspondente em português. Alguns exemplos são “off” (desconto), “delivery” (entrega), “serial killer” (assassino em série). José Pedro Machado, autor de *Estrangeirismo em língua portuguesa* (s. d.) condena o estrangeirismo que é desnecessário, “mas realmente desnecessário, que o é quando houver nosso léxico elementar capaz de *com exactidão* designar a mesma idéia, sem o perigo de se confundir com outro vocábulo local” (grifo do autor).

Concordo que alguns falantes brasileiros exageram no uso de inglês. Outros gostam de exibir os seus conhecimentos reais ou imaginários e se gabam de ter um “personal trainer” em vez de um treinador particular.

Nenhuma lei vai dissuadir certos membros da classe média e alta de empregar expressões e termos estrangeiros na língua oral ou na escrita. É um fato lingüístico que palavras ou termos, sejam de origem japonesa ou alemã, funcionam como meros ganchos para estruturar a expressão oral e escrita e organizar o pensamento. Para qualquer conceito ou coisa, existe um vocábulo ou termo, mesmo que seja de origem estrangeira. A presença de palavras estrangeiras no português moderno é considerada, por alguns observadores, um exemplo de “desnacionalização lingüística”. Essa postura camufla outro problema, pois as palavras e termos que os falantes utilizam num determinado idioma nada têm a ver com a desnacionalização econômica – a privatização de empresas estatais e a subserviência às determinações de agências internacionais.

**8** Indaga-se sobre a possibilidade de se criarem vocábulos próprios respeitando-se as raízes e bases da língua portuguesa em vez de incorporar no idioma palavras estrangeiras.

Muitos anos atrás, alguns filólogos e gramáticos propuseram *quebra-luz* para substituir o vocábulo de origem francesa *abat-jour* (aportuguesado mais tarde para abajur), mas sem sucesso. Houve, há alguns anos, recomendações para proteger a língua portuguesa da “invasão” de palavras de língua inglesa como *blazer* e *skate*. Em vez de vez de *blazer*, *japona*; em lugar de *skate*, *patim*. As outras duas recomendações são problemáticas: um *blazer* e uma *japona*,

por um lado, e um skate e um patim, por outro, são respectivamente entidades completamente diferentes.

Houve, recentemente, a recomendação de nacionalizar a terminologia usada no correio eletrônico através da Internet. De acordo com um observador, o símbolo arroba (@), que significa “at” em inglês e faz parte do endereço eletrônico de milhões de indivíduos ligados à rede no mundo inteiro, não significa absolutamente nada em português. O autor recomenda *a/c*, isto é, “aos cuidados de” (cf. Macedo, 2000). Os falantes de muitos outros idiomas em uso no mundo também poderia exigir a sua forma “nacionalizada”. Tal medida tornaria a rede uma verdadeira Torre de Babel na acepção negativa dessa expressão.

**9** Valeria, então, a pena estabelecer uma academia para “cuidar” do idioma nacional?

Vários países do mundo têm academias interessadas nos destinos do respectivo idioma nacional. Alguns exemplos são a Academia da Língua Hebraica, A Real Academia Espanhola e a Academia Francesa. A primeira, a da língua hebraica, contribuiu muito para forjar do hebraico bíblico uma língua renovada – os especialistas da referida academia – lingüistas, lexicógrafos e gramáticos se esforçaram para cunhar, com base em raízes semíticas e de outros idiomas, palavras novas em hebraico para enfrentar o mundo moderno. A Academia Espanhola é notória pela sua perspicácia e bom senso político, pois o próprio dicionário elaborado pela referida academia registra toda a variedade de usos do espanhol na Espanha e também nos diferentes países de língua espanhola. A Academia Francesa tem lutado para defender a variedade de prestígio – o francês parisiense – de outras variedades da língua dentro do próprio país. Recentemente a referida entidade, em conjunto com o governo francês, tem se esforçado para impedir o ingresso de vocábulos de língua inglesa, mas sem grande sucesso. Um lingüista francês, Jean-Louis Calvert, no livro que tem por título *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, argumenta que certa parte da política lingüística francesa é semelhante àquelas adotadas por países fascistas: (i) um purismo xenófobo com tentativa de retirar palavras estrangeiras, (ii) um centralismo cultural contra os dialetos em uso na França, (iii) um centralismo nacionalista contra grupos minoritários nacionais e (iv) um expansionismo ou colonialismo fora das fronteiras do país (cf. Calvert, 1987).

Com base na experiência francesa, acredito que uma academia não teria condições de impedir o ingresso de vocábulos estrangeiros no português. Um grupo de especialistas poderia recomendar o uso de certos termos ou vocábulos e sugerir uma determinada grafia. Todavia, não existe nenhuma garantia de que o público em geral aceite as recomendações. O projeto de lei se refere à Associação Brasileira de Letras e recomenda que a referida entidade seja incumbida de “realizar estudos que visem subsidiar a regulamentação desta lei” (Artigo 8º).

**10** O projeto de lei implica aspectos problemáticos. A aplicação de multas – de 1.300 a 4.000 UFIR, no caso de pessoas físicas, e de 4.000 a 13.000, no de pessoas jurídicas – para os “abusos” no emprego de palavras estrangeiras

violaria o direito de livre expressão garantido pela Constituição. Se a projeto de lei for aprovado, todos os escritores, todos os jornais, todas as emissoras de rádio ou TV e todas as revistas correriam o risco de ser multados pelo “abuso” ou “mal-uso” de palavras estrangeiras no seus textos. Quem determinaria o que seria uma “prática abusiva”, uma “prática enganosa” ou “danosa”? Quanto custaria ao erário público o salário dos fiscais necessários para vigiar a expressão oral e escrita nas cidades? Quem indicaria tais “vigilantes” do idioma? Uma política de multas não criaria mais uma “indústria” com a real possibilidade de corrupção. Os eventuais litígios contribuiriam para atolar a Justiça, atualmente bastante assoberbada, com demandas onerosas para todas as partes.

O deputado Rabelo argumenta que a presença de palavras e termos em inglês em letreiros e publicidade de estabelecimentos comerciais dificulta a compreensão por parte de pessoas simples e “do homem do campo”. Essa postura, bastante paternalista, não procede porque aquele mesmo “homem de campo” não tem direito, em muitos casos, ao ensino fundamental e médio gratuito e de boa qualidade. A falta de programas e cursos de alfabetização, sem dúvida, deixa milhares de indivíduos numa situação lamentavelmente “simples”, sem poder ler e escrever a própria língua materna.

## **CONCLUINDO**

Com toda sinceridade, na qualidade de cidadão, eleitor e professor da área dos estudos da linguagem, não vejo nada positivo no projeto. Todavia, o debate a favor e contra o referido projeto tem sido profícuo. Todo debate a respeito da língua portuguesa e de seu ensino e aprendizagem realmente contribui para defender e proteger o idioma nacional. Cumpre perguntar realmente o que significa “defender o idioma nacional”. Muito mais do que o idioma, devem ser defendidos os professores de Português do ensino fundamental e médio. O que realmente deve ser defendido é o salário desses professores e as condições do ensino que lhes possibilitem bolsas de estudo para uma formação continuada durante carreira, para que, enfim, se efetue a verdadeira “desproletarização” do professor. Acredito, no entanto, que a língua nacional pode ser mais bem defendida com a defesa das escola pública, dos professores e das condições de ensino.

Num grande concurso vestibular realizado no início de 2000 (Fuvest), a banca examinadora colocou como tema da prova escrita em língua portuguesa um debate com respeito à viabilidade do projeto. Essa questão permitiu que os vestibulandos refletissem sobre o destino do idioma. Muito salutar também é a realização, nos últimos meses, de um grande número de colóquios e seminários em torno do projeto, com a participação de professores universitários, estudantes, jornalistas, lingüistas, gramáticos e parlamentares. Outro resultado do debate em torno do projeto de lei é a publicação de um volume de artigos escritos por diferentes lingüistas sobre a referida proposta legislativa: Boletim ALAB (Associação de Lingüística Aplicada do Brasil), ano 4, n.4, setembro 2000.

O presente artigo serve para continuar o debate sobre o destino da língua portuguesa.

## Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Bloch SA, Imprensa Nacional, 1999.
- CALVERT, J.-L. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1987.
- RODRIGUES LAPA, M. *Estilística da língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- MACEDO, R. @ que não é arroba. Espaço aberto. *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 2000.
- MACHADO, J. P. *Estrangeirismo em língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias, s. d.

**Abstract:** *The purpose of this article is to analyze critically Bill n.1676/1999, which prohibits the use of foreign words in Portuguese with the imposition of fines in the case of violation.*

**Keywords:** *linguistic denationalization; identity; foreign words.*

